

DETERMINANTES DA CORRUPÇÃO NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS E NÃO ECONÔMICAS (2012-2018)¹

Matheus Vicente do Carmo²
Débora Chaves Meireles³
Andressa Lemes Proque⁴
Andrei Silva⁵

Resumo: A corrupção é um problema que aflige as economias do mundo todo, embora tenha efeitos diferentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é analisar os determinantes da corrupção na América Latina, por meio das variáveis econômicas e não econômicas, no período de 2012 a 2018. Buscou-se, ainda, avaliar a intensidade dos determinantes da corrupção dividindo-os em dois grupos: um de alta proporção, e outro de baixa proporção de liberdade econômica e democracia. Utilizou-se dados de instituições oficiais de estatísticas internacionais e empregou-se as estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel (efeitos fixos e efeitos aleatórios). Os resultados indicaram que países ricos e mais livres economicamente foram significativamente menos corruptos que os países pobres e menos livres. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Democracia reduziram significativamente à corrupção percebida, logo os países mais desenvolvidos e democráticos tenderam a ser mais íntegros que os países menos desenvolvidos e menos democráticos. Por outro lado, o crescimento demográfico conduziu os países a serem percebidos como mais corruptos. A análise de efeito heterogêneo revelou que os países ricos com alta proporção de liberdade econômica são mais íntegros, e respondem mais a aumentos da taxa de inflação, que a diminuiu à corrupção. Em contraste, os países com baixa proporção de liberdade econômica são mais sensíveis às mudanças no grau de abertura comercial e no índice de Educação, aumentos nestes também diminuiriam à corrupção percebida nos países latino-americanos.

Palavras-chave: Corrupção; Painel de dados; América Latina.

Abstract: Corruption is a problem that plagues economies around the world, although it has different effects in developed and developing countries. In this sense, the objective of this work is to analyze the determinants of corruption in Latin America, through economic and non-economic variables, in the period from 2012 to 2018. We also sought to assess the intensity of the determinants of corruption by dividing them into two groups: one with a high proportion, and the other with a low proportion of economic freedom and democracy. Data from official international statistical institutions were used, and Ordinary Least Squares (OLS) estimates were used for panel data (fixed effects and random effects). The results indicated that rich and economically freer countries were significantly less corrupt than poor and less free countries. The Human Development Index (HDI) and the Democracy Index significantly reduced perceived corruption, so more developed and democratic countries tended to be more upright than less developed and less democratic countries. On the other hand, demographic growth has led countries to be perceived as more corrupt. The heterogeneous effect analysis revealed that rich countries with a high proportion of economic freedom are more upright, and respond more to increases in the inflation rate, which decreases to corruption. In contrast, countries with a low proportion of economic freedom are more sensitive to changes in the degree of trade openness and in the Education index, increases in these also decreased perceived corruption in Latin American countries.

Keywords: Corruption; Data panel; Latin America.

Área 13 – Desigualdade, pobreza e políticas sociais

¹ Os autores agradecem o financiamento do CNPq.

² Economista pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

³ Professora adjunta no Departamento de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (UFJF/GV).

⁴ Professora adjunta no Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

⁵ Professor adjunto no Departamento de Economia, Universidade Federal de Roraima (UFRR).

1. INTRODUÇÃO

A corrupção é um problema que aflige as economias do mundo todo, embora tenha efeitos mais tênues nos países desenvolvidos porque há uma melhor transparência com a administração pública. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento a corrupção é mais incisiva e prejudicial, devido à falta de transparência, que afasta eventuais investimentos externos ao minuar a confiança sobre a segurança jurídica e econômica. Vários outros aspectos afetam a incidência de corrupção entre as economias, como aspectos culturais e institucionais. Contudo, devido a subjetividade de alguns aspectos e a dificuldade de mensurar outros, entende-se como prudente concentrar esforços em uma análise dos determinantes socioeconômicos. Esta análise é impulsionada pelo interesse em contribuir com a compreensão da corrupção e dos seus efeitos sobre os países da América Latina no período recente.

Segundo Baltazar e Ramos (2020) os desincentivos ao comportamento corrupto podem ser definidos como: a existência de cultura política local sólida e baseada em movimentos orgânicos; e a existência do *accountability*⁶ vertical – a capacidade da sociedade e os eleitores em observar e punir os atos ou omissões potencialmente danosas para a sociedade de seus agentes públicos –. Os escândalos de corrupção afetam o grau de confiança da sociedade a respeito das ações, dos planos e da própria solvência financeira do Estado. Neste sentido, a perda da confiança nacional e internacional sobre o Estado implica em redução dos investimentos nacionais e externos, diminuindo a renda, produzindo ineficiência e injustiça, além de influenciar negativamente as decisões de esforço produtivo das empresas pela piora no ambiente de negócios (CARDOSO *et al.*, 2020).

Para Sodré e Ramos (2018), países com instituições mais sólidas e que asseguram os direitos de propriedades investem mais em capital físico e humano e utilizam esses fatores de forma mais eficiente para alcançar níveis mais elevados de renda. Desta forma, elevados níveis de corrupção afetam negativamente a prosperidade econômica de um país, dado que a sua existência coloca em dúvida a credibilidade das instituições. Neste sentido, uma das formas de inibir as práticas de corrupção reside em assegurar maior participação democrática dos cidadãos e fortalecer as instituições destinadas a promover o bem-estar social.

Diversos estudos avaliaram a problemática para os determinantes da corrupção. Silva e Ferreira (2018) analisaram a relação entre a percepção de corrupção e crescimento econômico nos países da América do Sul com variáveis instrumentais controladas por fatores socioeconômicos no período de 2000 a 2014 e constataram que há maior crescimento econômico em países com menor percepção da corrupção. Ata e Arvas (2011) e Bosco (2016) investigaram os aspectos econômicos e não econômicos como determinantes da corrupção nos países europeus. Os principais resultados sugerem que o desenvolvimento econômico, a inflação, a liberdade econômica e a distribuição de rendimentos são determinantes da corrupção (ATA; ARVAS, 2011).

Enquanto que, Bosco (2016) sugere novos fatores determinantes para a redução da corrupção como: a eficácia da atividade governamental percebida pelo cidadão, a redução do risco social de exposição à pobreza extrema, a privatização de serviços públicos e o nível de tecnologia. Alsarhan (2019) e Ghaniy e Hastiadi (2017) estudaram os determinantes econômicos e não econômicos da corrupção nos países do Oriente Médio e em 92 países selecionados, respectivamente similar à que será feita neste estudo, e encontraram que para as variáveis econômicas, o aumento da liberdade econômica, do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e do investimento direto estrangeiro conduzem significativamente à diminuição do fenômeno da corrupção nos países.

⁶ *Accountability* é um termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados.

Para as variáveis não econômicas, verifica-se uma relação negativa entre o índice de democracia e o Índice de Percepção de Corrupção (IPC), este resultado acontece possivelmente pelo regime democrático ser relativamente novo na região do Oriente Médio (ALSARHAN, 2019). Nos países desenvolvidos, os aspectos como grau de liberdade econômica, grau de democracia e aspectos religiosos são determinantes significativos para a redução da corrupção. Enquanto nos países em desenvolvimento, aspectos como desenvolvimento econômico e, também, o grau de democracia são fatores significativos para a redução da corrupção.

Ao se observar a média do Índice de Percepção da Corrupção (IPC)⁷ para os países da América Latina no ano de 2018, percebe-se o valor de 37 pontos, o qual indica uma realidade corrupta. De acordo com Silva e Ferreira (2018), estes países são considerados como ambientes institucionais frágeis favoráveis à desvios, práticas corruptas e má gestão dos recursos públicos, devido ao baixo desempenho em transparência pública e carência em informação aos cidadãos. Em alinhamento com a tendência geral, o Brasil foi classificado em 2018, como um país corrupto, com pontuação de 35 pontos e ocupando a 105ª posição no *ranking*. Emerge neste contexto a necessidade de compreender o que determina a corrupção nos países latino-americanos. Entretanto, estudos sobre os efeitos dos aspectos econômicos e não econômicos sobre a corrupção na América Latina ainda são incipientes nas literaturas nacional e internacional. Pretende-se colaborar com a compreensão do fenômeno da corrupção ao estimar aspectos socioeconômicos determinantes desta para estes países no período recente (2012-2018). Nesse mote de pesquisa, o objetivo deste estudo é analisar os determinantes da corrupção na América Latina, no período de 2012 a 2018. Especificamente se busca, ainda, compreender os fatores econômicos e não-econômicos que explicam a baixa incidência de corrupção nos países mais íntegros e a persistência desta nos países mais corruptos.

A estratégia empírica baseou-se em Alsarhan (2019). Em particular, aplicou-se o modelo linear de dados em painel (efeitos fixos e efeitos aleatórios). Os dados, referentes aos países de América Latina, utilizados nesse estudo são do tipo secundário, que foram coletados em diversas instituições oficiais de estatísticas internacionais, as quais pode-se citar as principais: *Transparency International*, *World Bank*, *Heritage Foundation*, *Economic Intelligent Unit (EIU)* e *United Nation Development Program (UNDP)*. Com o objetivo de melhorar a qualidade das análises, estes fatores foram decompostos em econômicos – Produto Interno Produto (PIB), PIB *per capita*, Índice de Liberdade Econômica (ILE), Investimento Direto Estrangeiro (IDE), Grau de Abertura Comercial e Inflação –; e, não econômicos – Grau de Democracia, Índice de Educação, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini e Participação Feminina na força de trabalho –. Ademais, o diferencial deste trabalho em relação aos outros estudos é que este apresenta um conjunto ampliado de variáveis (econômicas e não-econômicas), considera a América Latina enquanto um grupo de análise e analisa os determinantes e a intensidade destes sobre a corrupção percebida.

Duas são as hipóteses norteadoras deste estudo. A primeira hipótese consiste em que o grau percepção de corrupção nos países da América Latina, medido pelo IPC, pode ser determinado por fatores econômicos: PIB, PIB *per capita*, Índice de Liberdade Econômica (ILE), Investimento Direto Estrangeiro (IDE), Grau de Abertura Comercial e Inflação. A segunda hipótese consiste que os fatores não econômicos - Democracia, Índice de Educação, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini e participação feminina na força de trabalho - determinam o grau de percepção de corrupção, para os países latino-americanos. Portanto, é sobre estas duas hipóteses que este estudo empreenderá esforços para responder ao seguinte problema aplicado: *Quais seriam os possíveis determinantes econômicos e não econômicos da corrupção na América Latina no período de 2012 a 2018?*

⁷ Quanto maior for o IPC o país é considerado altamente íntegro (100 pontos); e, contrapartida quanto menor o país é altamente corrupto (0 pontos).

No tocante a estrutura do trabalho, a primeira seção deste trabalho refere-se à introdução, que apresentou as questões a serem debatidas e o problema de pesquisa que visa resolver. A segunda seção é referente a revisão da literatura, a terceira seção corresponde a metodologia empregada: a base de dados, que indica como e onde os dados foram coletados; as variáveis do estudo; e a estratégia empírica baseada no modelo linear de dados em painel. A quarta seção traz os resultados, e a última tece as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Teoria da Escolha Pública (TEP)

De acordo com Pereira (1997), a recente Teoria da Escolha Pública (TEP) se respalda, teoricamente, em seis obras principais, são estas: Duncan Black (1958), James Buchanan e Gordon Tullock (1962), Mancur Olson (1965), Kenneth Arrow (1951), Anthony Downs (1957) e William Riker (1962). Estas obras são consideradas precursoras do programa de investigação que compõem o cerne da Teoria da Escolha Pública (*public choice*) (TEP). Segundo Oliveira (2005), esta teoria se vinculou desde de sua origem no debate político como uma abordagem neoliberal. Neste sentido, a TEP se constituiu como uma crítica a determinados pontos da teoria clássica do bem-estar social ao mesmo tempo que se aproxima desta em determinados momentos.

A Teoria da Escolha Pública é dicotômica a respeito do princípio de um Estado com poder de intervir nas decisões econômicas, porque no âmbito desta, o governo pode atenuar as falhas de mercado, porém também pode ser alvo de falhas, as chamadas falhas de governo. A atuação do Estado, desta forma, deveria ser ponderada com observação aos custos *versus* benefícios das ações, e levando em considerações as eventuais falhas de governo e os incentivos aos desvios de comportamento no interior deste.

O primeiro pressuposto da TEP é que os burocratas são indivíduos racionais que buscam maximizar seus benefícios, que está sujeito ao tamanho do orçamento *bureau*. O segundo pressuposto é que os burocratas conhecem as preferências dos políticos por serviços burocráticos, porém os políticos não têm meios para obter a informação precisa sobre o custo real. Neste sentido, há uma relação assimétrica entre os burocratas e os políticos, devido ao monopólio da informação técnica, os burocratas detêm poder para obter um orçamento maior do que o necessário. Neste modelo há um monopólio bilateral, entre os burocratas e o governo, sendo o governo um comprador de políticas regulatórias da burocracia (CAMPOS, 2008).

Presume-se, neste sentido, que a política seja um sistema que consiste de quatro grupos: eleitores, políticos, burocratas e grupos de interesses. Todos os indivíduos são maximizadores racionais de utilidade que buscam benefícios do sistema político: os políticos buscam votos, ganhos financeiros (lícitos ou ilícitos), prestígio; os burocratas buscam ganhos financeiros lícitos – salários e benefícios – ou ilícitos – propina –, estabilidade de carreira, trabalho *versus* lazer, prestígio; e grupos de interesses e eleitores buscam mais riquezas e renda, o *rent seeking* (CAMPOS, 2008). Apesar dos políticos e burocratas buscarem maximizar à utilidade, ainda há restrições que limitam políticos e burocratas que estão relacionadas ao âmbito da natureza institucional. A primeira restrição refere-se aos órgãos de controle, que apresentam um sistema institucional que garante leis próprias para o caso de corrupção, como, por exemplo, a lei de improbidade administrativa para os burocratas, e para os políticos o código eleitoral. A segunda restrição é dada pelo livre acesso à informação garantido pelo governo aos cidadãos. No Brasil, a Lei nº 12.527 conhecida como Lei de Acesso à Informação foi sancionada em 18 de novembro de 2011 (LIMA, 2015).

A principal justificativa para a abordagem da Teoria da Escolha Pública segundo Campos (2008), reside na ideia que tanto nos mercados quanto na política, os indivíduos comportam-se direcionados pelas mesmas motivações, o interesse próprio. Logo, as políticas

públicas não podem ser consideradas como neutras do ponto de vista dos interesses dos seus formuladores. Pois agentes (políticos, burocratas e lobistas) atenderiam, primeiramente, aos seus próprios interesses maximizando-os, e o interesse público é colocado em segundo plano caso este não esteja alinhado com os interesses particulares dos políticos e burocratas. Apesar de simples, a abordagem da Teoria da Escolha Pública é bastante útil para se entender os incentivos no sistema político e a dinâmica de suas decisões. E, está se torna essencial quando busca-se compreender os determinantes socioeconômicos da corrupção.

2.2 Determinantes da corrupção

Segundo Sodré e Ramos (2018), as primeiras abordagens teóricas a respeito do problema consideravam positiva a relação entre o nível de corrupção na sociedade e o desempenho econômico. Defendia-se que a corrupção contribuiria de forma positiva para economia via aumento da eficiência econômica ao agilizar procedimentos burocráticos. Entendia-se também, que as propinas serviriam como um incentivo ao aumento de produtividade aos funcionários. A corrupção foi, desta maneira, entendida por alguns teóricos como um “mal necessário”, pois a sua prática era “benéfica” ao eliminar os possíveis entraves burocráticos, e ao dar uma suposta dinâmica de mercado às decisões burocráticas.

A corrupção, ao longo do tempo, foi entendida como mecanismo necessário para o bom funcionamento das engrenagens da economia, pois a sua prática era “benéfica” ao eliminar os possíveis entraves burocráticos. Entretanto, esta ideia perde força e surge um novo consenso que entende a corrupção como lesiva não apenas à sociedade pelo ato em si, mas também por prejudicar toda a dinâmica do crescimento econômico (SODRÉ; RAMOS, 2018).

O ponto de vista institucional, entende-se a natureza de dependência de caminho (*path dependent*) das mudanças sociais, principalmente as que deram origem à corrupção. Desta forma, quanto menores às restrições à corrupção em uma sociedade mais provável que muitas das instituições existentes internalizem esta prática porque as mudanças são incrementais e cumulativas. Uma análise do ponto de vista do arcabouço teórico novo-institucionalista infere que a corrupção não é apenas um entrave ao bom andamento da dinâmica econômica e ao livre funcionamento dos mercados, mas é um problema sistêmico e endêmico na sociedade calcado no modo de pensar e entender o mundo de forma coletiva, o modelo mental (BUENO, 2003).

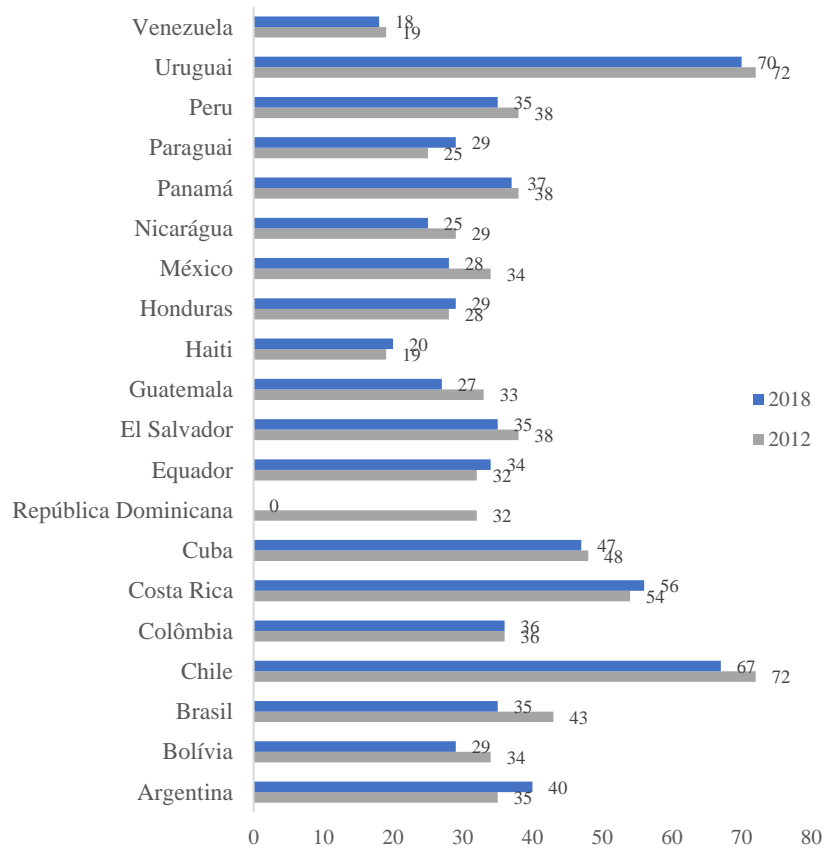
Desta forma, o crime de corrupção será viável se os ganhos com o ato forem maiores do que a probabilidade de ser flagrado. Em consonância com Becker (1974), Bueno (2003) e Albuquerque e Ramos (2006) entendem que a corrupção ganha espaço onde as instituições são frágeis e estas se tornam frágeis quando falham sistemicamente em detectar e punir os atos de irregularidade, incentivando os agentes a extrair renda a seu favor, o *rent seeking*.

O efeito mais deletério da corrupção sobre os países em desenvolvimento acontece quando esta se torna um imposto regressivo para os mais pobres. As pessoas acabam pagando com uma parcela desproporcional da sua renda – via impostos regressivos - para usufruir de serviços públicos básicos muitas vezes de baixa qualidade. Para mais, a assimetria de informação presente entre o principal (cidadãos) e o agente (governantes) mostra-se como uma fonte para as ocorrências de corrupção, já que os incentivos que afetam os estes agentes majoritariamente são distintos entre si (CAMPOS *et al.*, 2018).

Uma das características dos países da América Latina é o baixo desempenho em transparência – exceto em casos como o do Uruguai e do Chile, os países com melhores indicadores de percepção de corrupção e de qualidade de informação aos cidadãos da América Latina –. Conjuntamente com os muitos problemas sociais e econômicos, estes países acabam sofrendo com altos graus de corrupção e eventualmente tornando-se palco de grandes, como é o caso do Brasil. A corrupção afasta os investimentos estrangeiros via a perda de credibilidade nacional e internacional, que se dá por um conjunto de incertezas que afastam os possíveis

investidores dado a imprevisibilidade fruto do risco sistêmico do investimento (SILVA; FERREIRA, 2018). A Figura 1 compara o Índice de Percepção de Corrupção (IPC) para os países latino-americanos nos anos de 2012 e de 2018.

Figura 1 – Índice de Percepção de Corrupção (IPC) na América Latina - 2012 e 2018.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota-se na Figura 1, que para ambos os anos, o país com maior valor de IPC e, por conseguinte mais íntegro, foi o Uruguai, com valores de 72 e 70 pontos. O país com menor valor para o IPC foi a Venezuela com valor de 19 e 18 pontos, respectivamente, representando o país mais corrupto. Em relação à média dos países, há pouca mudança, os valores foram 38 para 2012 e 37 para 2018.

Percebe-se que a média do IPC para os países no período se mantém próximas ao intervalo de [30,40] pontos. Para mais, o país com maior amplitude de mudança foi o Brasil, com uma queda de 8 pontos no ano de 2018 (35 pontos) com relação à 2012 (43 pontos). A grande mudança na pontuação do Brasil em relação ao IPC pode ser explicada pelo cenário político neste período. Bem como, em 2014, iniciou-se no Brasil uma das operações mais extensas contra a corrupção no país, a operação Lava Jato.

2.3 Evidências empíricas

Existem estudos que versam sobre a corrupção e temas similares. Por exemplo, Ata e Arvas (2011) sugerem que o desenvolvimento econômico, a inflação, a liberdade econômica e a distribuição de rendimentos são determinantes estatisticamente significativos da corrupção. O objetivo do estudo foi testar empiricamente um modelo que vincula fatores econômicos como desenvolvimento e crescimento econômico, inflação, liberdade econômica e distribuição de

renda à corrupção em um corte transversal de 25 países europeus dos anos de 2004-2007. O método de máxima semelhança foi escolhido ao estimar os coeficientes do modelo de regressão. Adicionalmente, o crescimento econômico é considerado estatisticamente insignificante como determinante da corrupção.

Elbahnasawy e Revier (2012) empregaram um modelo de dados em painel com efeitos aleatórios para estudar os países que são cobertos pelo IPC para os anos 1998-2005. Utilizaram dois grandes conjuntos de diferentes variáveis. As variáveis do primeiro conjunto foram: PIB *per capita*; população total; a porcentagem da população rural; a porcentagem da população protestante, católica e muçulmana; a porcentagem de cadeiras ocupadas por mulheres no parlamento nacional; a porcentagem da força de trabalho feminina; o fracionamento étnico; e os indicadores do *World Governance Indicators* (WGI) para Estabilidade Política e Ausência de Violência; Voz e responsabilidade; e Estado de Direito. O segundo acrescenta ao conjunto anterior de variáveis explicativas: a relação do salário médio do governo com o PIB *per capita*; abertura ao comércio; dotação de recursos naturais; e despesas de consumo do governo. A principal contribuição deste estudo foi a adição de percepções dos indicadores do WGI à lista dos determinantes do nível de corrupção.

Bosco (2016) empregou uma versão do modelo *Pesaran's Common Correlated Effects* (CCE) para explorar algumas hipóteses sobre os determinantes da corrupção em 31 países europeus, ocidentais e pós-socialistas, no período de 2002 a 2011. Os resultados reafirmaram alguns fatores comumente analisados como determinantes significativos da corrupção como: renda, despesas públicas, religião. Para além, alguns fatores novos à literatura foram apontados no estudo como redutores da corrupção, tais como: a eficácia da atividade governamental percebida pelo cidadão, a redução do risco social de exposição à pobreza extrema, a privatização de serviços públicos e o nível de tecnologia produtiva. Tanto os países ocidentais quanto os pós-socialistas apresentaram resultados similares. Por fim, o autor conclui que a deterioração das condições sociais e econômicas da população tende a aumentar a corrupção, enquanto que condições sociais sólidas e o progresso técnico podem reduzi-la.

Ghaniy e Hastiadi (2017) empregaram dados de corte transversal em uma análise de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para se estabelecer os determinantes socioeconômicos da corrupção. Utilizou-se, para tanto, uma amostra com 46 países em desenvolvimento e 46 países desenvolvidos para o ano de 2014. Os resultados indicaram que tanto os determinantes econômicos como: liberdade econômica, o nível de educação, o nível de desenvolvimento; como os não econômicos: sócio-políticos e religiosos, grau de democracia, estabilidade política contribuem para a percepção do nível de corrupção. Bem como, encontrou-se que aspectos como grau de liberdade econômica, grau de democracia e aspectos religiosos são determinantes significativos para a redução da corrupção em países desenvolvidos. Enquanto nos países em desenvolvimento, aspectos como desenvolvimento econômico e, também, o grau de democracia são determinantes significativos para a redução da corrupção.

Alsarhan (2019) apontou alguns fatores importantes que afetam o índice de corrupção nos países do Médio Oriente. Este analisa vários determinantes econômicos e não econômicos da corrupção para o período entre 2012 e 2018, utilizando o modelo de dados de painel. Os resultados demonstraram, para as variáveis econômicas, que o aumento da liberdade econômica, do PIB *per capita*, e do Investimento Direto Estrangeiro conduzem significativamente à diminuição do fenômeno da corrupção nesses países. Ademais, verificou-se uma relação inesperada entre a variável democracia e o IPC, em que a democracia afeta negativamente o Índice de Percepções de Corrupção (IPC) com um nível significativo de 5%. Esse resultado indica que um índice de democracia mais elevado leva a um aumento da corrupção nos países do Médio Oriente, possivelmente pelo regime democrático ser relativamente novo nesta região, desta forma, as pessoas provavelmente não estariam o executando de forma correta.

Silva e Ferreira (2018) analisaram a relação entre a percepção de corrupção e o crescimento econômico. Neste estudo, foram utilizados os dados do Banco Mundial, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) para período de 2000 a 2014. Empregando o método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios (MQ2E), constatou que há maior crescimento econômico em países com menor percepção da corrupção. Desta forma, concluem importância da redução da corrupção como força motriz para impulsionar o crescimento econômico.

Sobral *et al.* (2016) em seu estudo com uma visão um tanto alternativa ao enfoque tradicional, em que a corrupção é tratada como potencialmente benéfica em determinados aspectos. Empregou dados que compreendem todas as 27 unidades federativas, no período de 1998 a 2008, e foram obtidos das seguintes bases de dados: do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sistema Único de Saúde (DATASUS), Tesouro Nacional (TN), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Cadastro de Dados Irregulares do Tribunal de Contas da União (CADIRREG/TCU) e do Ministério de Minas e Energia (MME). Utilizou-se o método de Mínimos Quadrados em dois estágios (MQ2E) com dados em painel. Os resultados indicaram que a corrupção possui efeitos positivos e negativos sobre o crescimento econômico dos estados brasileiros. Desta forma, a corrupção estimula crescimento nos estados menos corruptos, talvez por diminuir a burocracia, enquanto reduz o crescimento nos estados mais corruptos, pela possibilidade da existência de uma maior atividade de procura por renda (*rent-seeking*).

Sodré e Ramos (2018) tratam do impacto da corrupção governamental sobre indicadores socioeconômicos municipais. Eles analisaram os efeitos da corrupção praticada pelos gestores municipais sobre a pobreza dos municípios brasileiros, com os dados dos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos para o ano de 2010. Para a mensuração empírica foi utilizado o método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios (MQ2E). Os resultados demonstraram a estreita relação entre corrupção governamental e indicadores socioeconômicos, foi observado que um aumento de práticas corruptas impacta positivamente na desigualdade de renda e pobreza, e negativamente no desenvolvimento humano dos municípios brasileiros.

3. METODOLOGIA

3.1 Base de dados

O objetivo deste estudo é analisar os determinantes da corrupção econômica e não econômica nos países da América Latina. Devido à escassez de uma fonte única de dados e a complexidade envolvida enquanto se trata de corrupção, os dados foram coletados de diferentes fontes e compatibilizados de acordo com o código do respectivo país. A unidade de análise do estudo será os países da América Latina que são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela; devido à escassez de dados referentes as ilhas que compõem a região do Caribe não foram consideradas.

A escolha do período de análise, 2012 a 2018, é fundamentada na necessidade de maior exploração deste tema no debate público por toda a América Latina e que repercutiu internacionalmente: primeiro, no Brasil, em 2014, iniciou-se uma das operações mais extensas contra a corrupção no país, a operação Lava Jato, que apurou um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina; segundo, a Venezuela representou o país com maior Índice de Percepção de Corrupção (IPC) da América Latina no ano de 2018 (IPC de 18); em terceiro, em 2016, na Bolívia houve o grande impasse em relação a uma possível fraude nas eleições que permitiu o quarto mandato do candidato Evo Morales; em quarto, na Argentina, a justiça condenou por corrupção o ex-vice da Presidenta Cristina

Kirchner; e, por fim, no Peru, em 2019, houveram denúncias envolvendo a *Odebrecht* por ter pago propinas milionárias entre 2005 e 2014 para ganhar contratos de obras de infraestrutura e por ter financiado de forma ilícita campanhas eleitorais; além de denúncias relacionadas a 4 ex-presidentes peruanos.

3.2 Variáveis do estudo

A variável dependente do estudo é o Índice de Percepção de Corrupção (IPC) disponibilizado pela *Transparency International* (TI), este é uma referência seminal e frequentemente utilizada em avaliações de riscos e planejamento. O IPC avalia 180 países, desde de 1995, e os atribui valores em uma escala entre 0 e 100. Ou seja, quanto mais próximo de 0 (zero), mais corrupto é o país; por outro lado, quanto mais próximo de 100 (cem), mais íntegro o país se torna. Desta forma, quanto maior o índice obtido por um país, maior será a percepção de integridade deste; e quanto menor o índice, maior é a percepção de corrupção (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2022).

De acordo com Ghaniy-Hastiadi (2017), a maioria de países em desenvolvimento têm classificações inferiores à dos países desenvolvidos. Isto não significa, entretanto, que os países desenvolvidos que ocupam os primeiros lugares estejam completamente livres de corrupção. Pois estes, ainda, sofrem os efeitos da corrupção, embora apenas em menor grau em comparação com aqueles com alto nível de corrupção.

O conjunto de variáveis econômicas utilizadas corresponde: ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) que será a variável *proxy* para o desenvolvimento econômico; o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o grau de abertura comercial são as variáveis que demonstram o grau de dependência e inserção internacional das economias; a taxa de inflação representará o grau de estabilidade econômica. Todas as variáveis citadas têm suas informações disponíveis no *World Bank*. Por fim, o Índice de Liberdade Econômica representa a facilidade em se transacionar nas economias e é representada como *proxy* para os custos de transação – este índice tem intervalo ente [0,100], valores próximos de 0 indicam nenhuma liberdade econômica; enquanto que, valores próximos de 100 indica liberdade total – que, por sua vez, tem suas informações disponíveis na base de dados da *Heritage Foundation*.

As variáveis não econômicas correspondem: ao Índice de Gini (Gini) que representa o grau de desigualdade de renda dos países analisados – este índice tem intervalo entre [0,100], no qual 0 indica igualdade total de renda e 100 indica desigualdade total –; a População total (População) teve suas informações coletadas do *World Bank*; o Índice de Educação⁸ e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) representam o desenvolvimento do capital humano e social e foram coletadas da *United Nation Development Program (UNDP)* – estes índices tem intervalo ente [0,100], no qual quanto maior a pontuação, mais desenvolvido é o país em determinado quesito (valores próximos a 0 indicam nenhum desenvolvimento; e os valores próximos a 100 indicam o máximo de desenvolvimento).

As informações do Índice de Democracia foram coletadas da *Economic Intelligent Unit (EIU)*⁹ e representam a grau de participação da população nas decisões do governo – este índice tem intervalo ente [0,10], no qual quanto maior a pontuação, mais democrático é o país. Os

⁸ O Índice de Educação é construído a partir da taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois-terços) e a taxa de escolarização combinada do primário, secundário e terciário bruto (com uma ponderação terceiro). A taxa de alfabetização de adultos dá uma indicação da capacidade de ler e escrever, enquanto a RGE dá uma indicação do nível de educação da creche ao ensino de pós-graduação.

⁹ *The Economist* avalia os países em cinco critérios: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis, com cada um dos itens recebendo notas que vão de 0 a 10. Após a avaliação dos cinco itens, os países são classificados em “democracias plenas”, “democracias imperfeitas”, “regimes híbridos” (todos considerados democracias) e “regimes autoritários” (considerados governos ditatoriais).

valores acima de 8 pontos indicam democracias plenas, valores entre 8 e 6 indicam democracias imperfeitas, os regimes híbridos ocupam o intervalo entre 6 e 4, e os regimes autoritários são aqueles como pontuação menor que 4 pontos A participação percentual feminina na força de trabalho em relação a força de trabalho masculina teve suas informações coletadas no *World Bank*. O Quadro 1 apresenta uma síntese destas informações.

Quadro 1 - Variáveis econômicas e não econômicas selecionadas para o estudo

| Variáveis | Descrição | Fonte |
|--------------------------|--|-----------------------------------|
| IPC | Índice de Percepção da Corrupção | <i>Transparency International</i> |
| Variáveis econômicas | | |
| PIB | Taxa de crescimento do PIB | <i>World Bank</i> |
| PIB _{pc} | Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> | <i>World Bank</i> |
| ILE | Índice de Liberdade Econômica | <i>Heritage Foundation</i> |
| IDE | Investimento Direto Estrangeiro | <i>World Bank</i> |
| Abertura Comercial | Grau de abertura comercial | <i>World Bank</i> |
| Inflação | Taxa de Inflação | <i>World Bank</i> |
| Variáveis não-econômicas | | |
| Democracia | Índice de democracia | <i>Economic Intelligent Unit</i> |
| Educação | Índice de educação | <i>United Nation</i> |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano | <i>United Nation</i> |
| Gini | Índice de Gini | <i>World Bank</i> |
| População | Total da população | <i>World Bank</i> |
| Participação Feminina | Participação feminina na força de trabalho (%) | <i>World Bank</i> |

Fonte: Elaboração própria (2023).

3.3 Estatísticas Descritivas

A Tabela 1 mostra as estatísticas descritivas das variáveis selecionadas no estudo. Estas variáveis compõem um painel balanceado de dados com 140 observações para o período de 2012-2018, em que cada ano, 7 no total, possui 20 observações que correspondem ao número de países considerados da América Latina. Para mais, a variável dependente, o Índice de Percepção da Corrupção – IPC, para os países latino-americanos apresentam, em média, a pontuação de 37,34 no período de 2012 a 2018. Esta média de 37,34 indica que os países da América Latina são percebidos como corruptos, na média, de acordo com a metodologia de cálculo do IPC. Os países com o menor IPC (17) são Haiti em 2015, e a Venezuela em 2015 e 2016 que podem ser percebidos como mais corruptos do período. Enquanto o maior IPC corresponde ao Uruguai em 2015 (74) que pode ser percebido como país mais íntegro no período analisado.

Com relação as variáveis econômicas, a variável PIB apresentou, em média, 2,84 trilhões de dólares. O maior valor foi encontrado no ano de 2013 para o Brasil com 2,47 trilhões de dólares. Em contrapartida, o menor valor do PIB foi para Nicarágua em 2012 com 10,5 bilhões de dólares. A média do PIB *per capita* nos países da América Latina foi 7.422,50.

O Índice de Liberdade Econômica (ILE) apresentou média de 57,30, isso sugere que os países da América Latina são, em média, majoritariamente não livres economicamente para o período analisado. Isto é, estes países apresentam um ambiente institucional rígido que atrapalha à consolidação de um próspero ambiente de negócios. O valor mínimo refere-se a Venezuela, no ano de 2018, com 25,2 que indica um país economicamente reprimido; e, o máximo, para o Chile, em 2013, com 79 que indica um país majoritariamente livre. Bem como, a variável IDE, com média 9,60 bilhões dólares, o menor valor representa um déficit de 0,52 bilhões de dólares em 2016 para o Uruguai; e, o máximo um superávit de 92,6 bilhões de dólares para o Brasil em 2012.

O Grau de Abertura Comercial, com média de 63,43 que indica que para os países da América Latina 63,43% de seus PIBs são frutos do comércio em média. O menor valor desta

variável foi de 22,49% para a Argentina em 2015 que indica um país pouco envolvido com o comércio; e o valor máximo de 158,06% para o Panamá em 2012 que indica um país muito envolvido no comércio. A variável Inflação, com média 7,61, no período de análise. Ou seja, o país da América Latina com maior valor para a inflação (254,95%) foi a Venezuela em 2016, e o valor mínimo foi (-0,73%) para o El Salvador em 2015.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas para as variáveis selecionadas nos países da América Latina – 2012 a 2018.

| Variáveis | Observações | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
|-----------------|-------------|----------|---------------|----------|-----------|
| IPC | 138 | 37,34 | 14.03 | 17 | 74 |
| PIB | 136 | 2,84 | 5.20 | 0,01 | 2,47 |
| PIBpc | 133 | 7.422,50 | 4,327.52 | 1.338,10 | 16.037,93 |
| ILE | 125 | 57,30 | 12.50 | 25,20 | 79 |
| IDE | 133 | 9,60 | 18.50 | -0,52 | 92,6 |
| Abert. Com. (%) | 132 | 63,43 | 26.66 | 22,49 | 158,06 |
| Inflação (%) | 124 | 7,61 | 25.44 | -0,73 | 254,95 |
| Democracia | 140 | 6,23 | 1.25 | 3 | 8,38 |
| Educação | 140 | 0,66 | 0.11 | 0,41 | 0,84 |
| IDH | 140 | 0,73 | 0.08 | 0,48 | 0,88 |
| IG | 100 | 46,41 | 4.11 | 38 | 53,90 |
| População | 140 | 30,5 | 47.9 | 3,37 | 209 |
| Part.Fem. (%) | 140 | 65,98 | 9.09 | 45,70 | 87,72 |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: As variáveis PIB, IDE e População são mensuradas em trilhões de dólares, bilhões de dólares e milhões de habitantes, respectivamente.

Para as variáveis não econômicas, o Índice de Democracia teve de 6,22 para a América Latina, este valor corresponde a uma classificação de democracia imperfeita. O valor mínimo 3 para Cuba no ano de 2018 indica um regime autoritário. Em contraste, o valor máximo de 8,38 para o Uruguai no mesmo ano indica uma democracia plena. Neste sentido, para a variável Educação de média 0,66, que indica um desenvolvimento da educação razoável dos países da AL. O pior valor para a educação 0,41 para Haiti em 2012, que indica um país incipiente no desenvolvimento educacional; e melhor valor 0,84 para a Argentina em 2017 e 2018, que indica um país desenvolvido educacionalmente.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem um aspecto peculiar na sua composição, pois este consiste em três dimensões básicas: renda, educação e saúde. A média deste foi 0,73 para na América Latina, no período de 2012-2018, O maior valor 0,849 para o Chile em 2018, que representa um país com IDH muito alto; e o menor valor 0,48 para o Haiti em 2012, que indica um país com IDH baixo. Para mais, o Índice de Gini (IG) de média 46,41, pode-se entender que estes países são moderadamente desiguais. O menor valor para El Salvador em 2017 (38), que indica um país moderadamente igualitário; e valor máximo (53,9) para o Brasil em 2018, que indica um país desigual.

A variável População, com média 30.5 milhões, teve o maior valor de 209 milhões de habitantes registrado para o Brasil em 2018, este grande número de população é facilmente justificado pelo grande tamanho geográfico deste país. O valor mínimo foi de 3,37 milhões em 2012 para o Panamá, este pequeno número para população é justificado pelo pequeno tamanho geográfico deste país. A variável de Participação Feminina na força de trabalho (%) de média 65,98, teve valor mínimo 45,70 para a Guatemala em 2015 e máximo 87,72 para o Haiti em 2018. Entretanto, por mais que o Haiti em 2018 tenha demonstrado uma grande participação feminina na força de trabalho, isto não significa que este país não tenha problemas com desigualdade de gênero. Pelo contrário, este crescimento da força de trabalho feminina não foi

acompanhado, como acontece no geral, de uma melhora na desigualdade salarial e nas questões de gênero. As Tabelas 2 e 3 a seguir indicam, respectivamente, as matrizes de correlação entre as variáveis econômicas e não econômicas.

Tabela 2 - Matriz de correlação: variáveis econômicas nos países da América Latina - 2012 a 2018

| Variáveis | IPC | PIB | PIBpc | ILE | IDE | Abert. Com. | Inflação |
|--------------------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|-------------|----------|
| IPC | 1.000 | | | | | | |
| PIB | 0.009 | 1.000 | | | | | |
| PIBpc | 0.743*** | 0.239*** | 1.000 | | | | |
| ILE | 0.441*** | 0.026 | 0.297*** | 1.000 | | | |
| IDE | 0.142* | 0.955*** | 0.241*** | 0.129 | 1.000 | | |
| Abert. Com. (%) | -0.168* | -0.288*** | -0.176** | 0.185** | -0.285*** | 1.000 | |
| Inflação | -0.187** | 0.104 | 0.033 | -0.401*** | -0.041 | 0.006 | 1.000 |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Notas: *, ** e *** representam o nível de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Conforme reportados nas Tabelas 2 e 3, a variável dependente IPC tem alta correlação positiva com as seguintes variáveis: PIBpc (0.743) – econômicas –; Democracia (0.623) e IDH (0.618) – não econômicas –; todas as variáveis são estatisticamente significantes à 1%. Das variáveis econômicas (Tabela 2) somente a variável PIB tem forte correlação positiva e significativa à 1% com a variável IDE no valor de 0.955. Para as variáveis não econômicas (Tabela 3) apenas a variável Educação tem alta correlação positiva e significativa à 1% com a variável IDH no valor de 0.924.

Tabela 3 - Matriz de correlação: variáveis não econômicas nos países da América Latina - 2012 a 2018

| Variáveis | IPC | Democracia | Educação | IDH | IG | População | Part.Fem |
|------------|-----------|------------|-----------|--------|----------|-----------|----------|
| IPC | 1.000 | | | | | | |
| Democracia | 0.623*** | 1.000 | | | | | |
| Educação | 0.540*** | 0.366*** | 1.000 | | | | |
| IDH | 0.618*** | 0.578*** | 0.924*** | 1.000 | | | |
| IG | -0.288*** | -0.075 | -0.274*** | -0.101 | 1.000 | | |
| População | -0.055 | 0.163* | 0.133 | 0.159* | 0.424*** | 1.000 | |
| PartFem | 0.103 | 0.028 | 0.143* | -0.038 | -0.239** | 0.029 | 1.000 |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Notas: *, ** e *** representam o nível de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

3.4 Estratégia Empírica

Para analisar os determinantes da corrupção econômica e não econômica nos países da América Latina, no período 2012 a 2018, escolheu-se utilizar as estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel (efeitos fixos e efeitos aleatórios). Para a designar o melhor modelo econométrico será realizado o teste de especificação de Hausman (1978).

Segundo Wooldridge (2016), os modelos de regressão com dados em painel consistem em observações sobre as mesmas unidades de corte transversal em vários períodos de tempo. Uma das principais vantagens de se utilizar dados em painel são que estes aumentam o tamanho da amostra, sendo mais adequados para estudar a dinâmica das mudanças derivadas das observações repetidas de corte transversal, e permitem estudar modelos comportamentais complexos.

Os dados em painel oferecem a solução para o viés de variáveis omitidas e não observáveis. Os dados em painel atuam, desta forma, capturando todos os fatores não observados, que incidem sobre a variável dependente e são constantes no tempo. Este método também é conhecido como modelo de Efeitos Não Observados ou de Efeitos Fixos (EF), ou ainda, de modelo de Heterogeneidade Não Observada (WOOLDRIDGE, 2016).

Duas são as formas principais para se estimar o modelo de efeitos não observados, ao se pensar nas estimações pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel, são eles: o modelo de Efeitos Fixos (EF) e o de Efeitos Aleatórios (EA). O modelo de Efeitos Fixos consiste de uma transformação intragrupo que visa eliminar o efeito fixo (não observado). Após a remoção deste efeito, estima-se por meio de MQO Agrupados. Bem como, por não haver variáveis explicativas constantes no tempo, o modelo de Efeitos Fixos torna-se uma forma eficiente de estimação. Deve-se satisfazer, entretanto, a seguinte hipótese de identificação, $E(u_{it} | X_{it}, c_i) = 0$, em que c_i é correlacionado com X_{it} , para que o modelo se torne consistente. Outra vantagem deste, é que este método permite que o intercepto do modelo de regressão difira entre indivíduos, devido ao fato de que cada indivíduo, ou unidade de corte transversal pode ter características especiais próprias. Todavia, caso c_i não seja correlacionado com as variáveis explicativas, $Cov(X_{itj}, c_i) = 0$, o modelo se torna inconsistente, e a utilização do modelo de efeitos aleatórios é recomendada (WOOLDRIDGE, 2016).

Para capturar os efeitos determinantes econômicos e não econômicos sobre a corrupção, utiliza-se duas equações diferentes: a primeira, com variáveis econômicas e, a segunda, com variáveis não-econômicas. O primeiro modelo de especificação corresponde as variáveis econômicas. A Equação (1) é dada por:

$$IPC_{it} = \alpha_i + \beta_1 ILE_{it} + \beta_2 IDE_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 PIBpc_{it} + \beta_5 Abert.Com.it + \beta_6 Inflação_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que: i corresponde aos países da América Latina; t refere-se ao período de análise (2012 a 2018); IPC representa o Índice de Percepção de Corrupção, que é usado neste trabalho como medida de corrupção; ILE é o Índice de Liberdade Econômica, indica a facilidade em se empreender atividades econômicas rentáveis nos países; IDE é o Investimento Direto Estrangeiro, este será usado como aproximação para a atratividade internacional dos países, quanto maior o IDE maior a atratividade dos países, e mais desejável é investir nestes países; PIB representa o Produto Interno Bruto e será usado como aproximação para o crescimento econômico; $PIBpc$ indica o Produto Interno Bruto por habitante e será usado como aproximação para o desenvolvimento econômico; $Abert.Com$ é o Grau de Abertura Comercial, representa o grau de integração das economias no mercado internacional; a $Inflação$ representa o aumento generalizado do nível de preços, inflação; c_i é o efeito não observado; ε_{it} é o termo de erro.

O segundo modelo de especificação corresponde as variáveis não econômicas. A Equação (2) é dada por:

$$IPC_{it} = \alpha_i + \beta_1 Demo_{it} + \beta_2 Educ_{it} + \beta_3 IDH_{it} + \beta_4 Gini_{it} + \beta_5 Pop_{it} + \beta_6 Part.Fem_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que: i corresponde aos países da América Latina; t refere-se ao período de análise (2012 a 2018); IPC representa o Índice de Percepção de Corrupção, que é usado neste trabalho como medida de corrupção; $Democracia$ é o Índice de Democracia, representa o grau de participação das pessoas sobre as decisões do governo; $Educação$ indica o Índice de Educação, representa a qualidade da educação recebida pela população; IDH representa o Índice de Desenvolvimento Humano, este indica o nível de qualidade de vida o países; $Gini$ representa o Índice de Gini, este indica o grau de concentração de renda nas economias dos países; $População$ é a

população total nos países; *Part. Fem* indica o percentual de participação feminina na força de trabalho em relação à força de trabalho masculina; c_i é o efeito não observado; e ε_{it} é o termo de erro.

Neste estudo, serão apresentados três modelos de especificação para as variáveis econômicas e não econômicas: o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO); o estimador de Efeitos Fixos (EF) e o estimador de Efeitos Aleatórios (EA). O teste de especificação de *Hausman* (1978) será utilizado para a escolha dos modelos (efeitos fixos ou efeitos aleatórios). Seja a hipótese nula dada por: $H_0 = \hat{\beta}_{RE} = \hat{\beta}_{EF}$. De um lado, se não houver rejeição da hipótese nula do teste, $E(c_i|X) = 0$, os efeitos não observados não são correlacionados com as variáveis explicativas, é apropriada a estimativa por efeito aleatório em razão de ser consistente e assintoticamente eficiente; dado que o efeito fixo é apenas consistente. Por outro lado, se houver rejeição da hipótese nula do teste, isto é, os efeitos não observados são correlacionados com uma variável explicativa, é apropriado a estimativas por Efeitos Fixos (consistente) comparado ao Efeito Aleatório (inconsistente) (WOOLDRIDGE, 2016).

4. RESULTADOS

4.2 Determinantes da corrupção na América Latina

A seguir, as Tabelas 4 e 5 apresentam os resultados obtidos a partir da estimação de três modelos de especificação para analisar os determinantes econômicos e não econômicos: o Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados empilhados, o Método de Dados em Painel com Efeitos Fixos (MEF) e o Método de Dados em Painel Com Efeitos Aleatórios (MEA). Neste sentido, as Colunas 1, 2 e 3 representam os modelos de MQO, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios. A decisão de qual modelo escolher foi realizada com respaldo no resultado do teste de especificidade de Hausman.

Tabela 4 - Determinantes da corrupção econômica nos países da América Latina, 2012 a 2018

| Variáveis | (1) | (2) | (3) |
|-----------------|------------|---------------|--------------------|
| | MQO | Efeitos Fixos | Efeitos Aleatórios |
| PIB | -18.276*** | 5.981** | 1.890 |
| PIBpc | 0.002*** | -0.001 | 0.001*** |
| ILE | 0.257** | 0.309** | 0.436*** |
| IDE | 0.410*** | 0.060 | 0.072 |
| Abert. Com. (%) | -0.075*** | -0.007 | 0.004 |
| Inflação | 0.864** | 0.057 | 0.086 |
| Constante | 7.656 | 20.312** | 1.762 |
| Observações | 101 | 101 | 101 |
| R-quadrado | 0.758 | 0.229 | - |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Notas: As variáveis PIB e IDE foram divididas pelas suas unidades de medida.

*, ** e *** representam o nível de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

O modelo de MQO tem seus resultados na Coluna 1 da Tabela 4, estes indicam que todas as variáveis do grupo de determinantes econômicos são estatisticamente significativas ao nível de 5%. Com 101 observações e R-quadrado de 0,758, ou seja, o modelo de MQO explica 75,8% das variações do IPC. Seguintes são as interpretações econômicas para este modelo: com um coeficiente de -18,276 para a variável PIB, para um aumento de uma unidade de dólares, há uma queda de 18,276 pontos no IPC, assim tornando o país mais corrupto – este resultado é contraditório em comparação com a literatura.

Nos países ricos, com um aumento em uma unidade do PIBpc (0.002), diminui a percepção de corrupção comparado aos países pobres, estatisticamente significativo à 1%. Um

aumento de um ponto no Índice de Liberdade Econômica conduz a uma elevação de 0,257 pontos no IPC, assim o país passa a ser percebido como mais íntegro. Para o Investimento Direto Externo (IDE) observou-se uma relação positiva com o IPC. A cada unidade de dólares nestes países, há um aumento de 0,410, estatisticamente significativo à 1%. Estes resultados corroboram com os estudos do Alsarhan (2019) e Paldam (2002). A cada ponto percentual aumentado no Grau de Abertura Comercial, há uma queda de -0.075 pontos no IPC, tornando o país mais corrupto; para a Inflação, a cada ponto percentual aumentado na Taxa de Inflação, há um aumento de 0.864 pontos no IPC, o país passa a ser percebido como mais íntegro.

Para o modelo de Efeitos Fixos de variáveis econômicas dado pela Coluna 2 da Tabela 4, os resultados indicam que as variáveis: Produto Interno Produto (PIB) e o Índice de Liberdade Econômica (ILE) são determinantes econômicos positivos e estatisticamente significativos a 5%. Ou seja, para um aumento de uma unidade adicional na riqueza agregada (PIB) dos países latino-americanos, tem-se um aumento de 5,981 pontos no Índice de Percepção de Corrupção, diminuindo a percepção de corrupção. Em conjunto, os dados de instituições oficiais de estatísticas internacionais, indicam que a cada ponto adicional no Índice de Liberdade Econômica (ILE) dos países da América Latina, tem-se um aumento de 0,309 no IPC. Além disto, este modelo de Efeitos Fixos explicou 22,9% das variações do IPC.

Os resultados indicam que o crescimento econômico – representado pelos aumentos no Produto Interno Produto (PIB) – e o grau de Liberdade Econômica – representado pelo Índice de Liberdade Econômica (ILE) – têm poder em reduzir à corrupção nestes países. Pois um crescimento econômico mais elevado e um bom ambiente de negócio – permitido pelo um grau de Liberdade Econômica considerável – gera boas oportunidades de ganhos lícitos que compitam diretamente com os ganhos ilícitos (*rent-seeking*, monopólio forçados, etc) em termos de retorno. Os ganhos lícitos se tornariam mais vantajoso não só pela lucratividade potencial dos negócios, mas também pelos menores custo dado que não há que se lidar com os custos intrínsecos das atividades ilegais (custo de repressão, de ocultação e demais custos de transação). Por fim, os resultados encontrados foram semelhantes e corroboram à literatura: Ata e Arvas (2011), Ghaniy e Hastiadi (2017), Alsarhan (2019) e Paldam (2002).

Tabela 5 - Determinantes da corrupção não-econômica nos países da América Latina, 2012 a 2018

| Variáveis | (1) | (2) | (3) |
|-----------------------|-----------|---------------|--------------------|
| | MQO | Efeitos Fixos | Efeitos Aleatórios |
| Democracia | 16.390*** | 3.401* | 7.843*** |
| Educação | 24.698 | -7.822 | -22.480* |
| IDH | -70.269** | 38.102** | 40.946** |
| IG | -0.440** | 0.194 | 0.037 |
| População | -0.021** | -0.503*** | -0.051 |
| Participação Feminina | 0.144 | -0.066 | -0.038 |
| Constante | -22.972** | 5.521 | -25.706 |
| Observações | 98 | 98 | 98 |
| R-quadrado | 0.800 | 0.275 | - |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: *, ** e *** representam o nível de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Comparando os resultados do modelo de Efeitos Fixos (MEF) com os resultados do MQO empilhado, percebe-se que a única semelhança é o coeficiente da variável ILE, que apresentou valor próximo e sinal igual A variável PIB, em sentido contrário, no MEF apresentou um sinal oposto e coeficiente distante do obtido no modelo de MQO.

A Tabela 5 apresenta os determinantes da corrupção a partir do conjunto de variáveis não econômicas na América Latina. Como ocorreu com o grupo de variáveis econômicas, o modelo mais adequado para representar os determinantes das variáveis não econômicas foi o

Efeitos Fixos (MEF), como resultado do teste de Hausman. Pois o p-valor pequeno indica à rejeição da hipótese nula, isto significa que o erro composto é independente das variáveis explicativas, logo o MEF é a modelagem mais adequada para à realidade dos dados.

Para o modelo de MQO representado pela Coluna 1, os resultados indicam que as variáveis não econômicas: Democracia, IDH, IG e População, são estatisticamente significativos ao nível de 5%. Com 98 observações e com um R-quadrado de 0.800, ou seja, o modelo de MQO explica 80% das variações do IPC. A cada ponto adicional na variável Democracia, há um aumento de 16,390 pontos no IPC, tornando o país mais íntegro. Um aumento de um ponto no Índice de Desenvolvimento Humano conduz a uma queda de -70,269 pontos no IPC, elevando a percepção de corrupção nos países. Para o Índice de Gini, a cada ponto adicional, há uma queda de -0,440 pontos no IPC. A cada habitante adicional na População total, há uma queda de -0,021 pontos no IPC, tornando o país mais corrupto.

Os resultados do modelo de Efeitos Fixos (MEF) representados na Coluna 2 demonstram que as variáveis Democracia, IDH e População são determinantes não econômicos estatisticamente significativos ao nível de 10%, 5% e 1%. O grau de ajustamento deste modelo, R-quadrado, foi de 0,275, que significa que o modelo MEF explica 27,50% das variações do IPC. O coeficiente de 3,401 do Grau de Democracia indica que a cada ponto adicional, observa-se um aumento de 3,401 pontos no Índice de Percepção de Corrupção, diminuindo à percepção de corrupção nos países latino-americanos. Com um coeficiente de 38,102 – o maior coeficiente estimado para os modelos MEF neste trabalho – para o Índice de Desenvolvimento Humano tem-se que um aumento de um ponto, eleva em 38,102 pontos o IPC, tornando os países mais íntegros.

Os resultados para as variáveis IDH e Democracia indicam que uma elevação no Índice de Desenvolvimento Humano, e um aumento no grau de Democracia, reduzem à corrupção percebida nos países da América Latina. Porque a elevação destes fatores representa uma melhora na qualidade de vida e da participação da população sobre as decisões do governo. Desta forma, a melhora dos ambientes social e institucional age como força propulsora para a redução da corrupção. Pois os cidadãos terão maior capacidade e liberdade para fiscalizar às ações do governo, portanto, pressionando-o para à redução dos desvios de conduta e práticas corruptas. Os resultados para as variáveis não econômicas estão em consonância com os autores Ghaniy e Hastiadi (2017) e Alsarhan (2019).

Por outro lado, a variável População apresentou relação inversa (sinal negativo) referente ao IPC. A cada habitante adicional na população total dos países da América Latina, tem-se uma queda de -0,503 pontos no Índice de Percepção de Corrupção. Logo, o aumento demográfico pode levar os países a serem percebidos como mais corruptos. A relação inversa entre a população total dos países latino-americanos e o Índice de Percepção de Corrupção (IPC), de acordo com Alsarhan (2019), pode ser explicada pelo fato de que quanto maior a população de um país, mais elevada se torna a probabilidade de os cidadãos perceberem os desvios de conduta. Pois maior será a chance de a corrupção ser flagrada, e elevada será a percepção da corrupção nestes países.

Comparando os resultados do modelo de Efeitos Fixos (MEF) com os resultados do MQO empilhado, percebe-se algumas diferenças. Estas são encontradas em relação aos coeficientes, no MQO, eles são relativamente maiores e apresentam sinais negativos para as variáveis IDH e IG. a significância da variável IG no modelo de MQO, a menor magnitude dos coeficientes para o modelo MEF e o valor do r-quadrado. Porém, a principal semelhança é que as variáveis Democracia, IDH e População são significativas em ambos.

Os resultados para o conjunto de variáveis não econômicas foram semelhantes aos encontrados pelos autores Ghaniy e Hastiadi (2017), e Alsarhan (2019). O sinal positivo e a significância para a variável População está de acordo com o trabalho de Alsarhan (2019),

porém, o sinal positivo encontrado para a variável Índice de Democracia é oposto ao sinal encontrado pelo Alsarhan (2019).

4.3 Efeitos Heterogêneos

Com o fim de dar maior robustez aos resultados, optou-se por mensurar a intensidade do efeito das variáveis econômicas e não econômicas sobre a corrupção. Deseja-se entender como os fatores econômicos e não econômicos afetam em diferente magnitude o Índice de Percepção de Corrupção (IPC) dos países latino-americanos dado os distintos graus de liberdade econômica e de democracia para a América Latina. Para capturar a intensidade constrói-se dois cenários: alta e baixa liberdade econômica; e democracia, respectivamente, a partir do valor da mediana destas variáveis. Ou seja, valores acima da mediana foram considerados como alto; e valores abaixo foram representados como baixo. Para tanto, estimou-se dois diferentes modelos de MQO para as variáveis econômicas; e outro, para as não econômicas.

Os países ricos com alta proporção de liberdade econômica apresentaram, de acordo com a Tabela 6, uma percepção de corrupção mais elevada. Estes países são mais íntegros se comparado com os países de baixa proporção de liberdade econômica, e respondem mais a aumentos da taxa de inflação, que diminuem a percepção de corrupção. Em contraste, os países mais desenvolvidos – representados por um PIBpc mais alto – demonstraram uma menor percepção de corrupção em relação aos países menos desenvolvidos, resultado este contrário ao encontrado para o PIB.

Tabela 6 - Efeito heterogêneo: determinantes de liberdade econômica e democracia em relação à corrupção nos países da América Latina - 2012 a 2018.

| Variáveis | Liberdade econômica | | Democracia | |
|-----------------------|---------------------|----------|------------|----------|
| | Alta | Baixa | Alta | Baixa |
| PIB | -8.897** | -1.582 | | |
| PIBpc | 0.002*** | 0.002*** | | |
| ILE | 1.594*** | -0.258 | | |
| IDE | -0.068 | 0.095 | | |
| Abert. Com. | -0.081** | 0.091* | | |
| Inflação | 1.691*** | 0.034 | | |
| Democracia | | | 21.255*** | 4.052* |
| Educação | | | -15.542 | 63.062** |
| IDH | | | -12.089 | -74.420* |
| IG | | | -0.558** | -0.392** |
| População | | | 0.002 | -0.029* |
| Participação Feminina | | | 0.329*** | -0.227 |
| Constante | -80.482*** | 28.417** | -83.904*** | 52.818** |
| Observações | 61 | 40 | 61 | 37 |
| R-quadrado | 0.902 | 0.770 | 0.894 | 0.450 |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Notas: * representa o nível de significância de 10%, ** representa o nível de significância de 5% e *** representa o nível de significância de 1%.

Para a definição os grupos de alta e baixa proporção fez-se: os valores abaixo da mediana representaram o grupo de baixa proporção, enquanto valores acima da mediana representaram o conjunto de alta proporção.

Em relação aos fatores não econômicos, os países com alta proporção de democracia foram também mais sensíveis às variações. Uma população mais instruída com relação às questões institucionais e de governo teriam maior influência e participação sobre às decisões

do governo, o que diminuiria a percepção de corrupção. O aumento da participação feminina na força de trabalho também melhoraria o problema da corrupção. Ademais, os países mais igualitários são menos corruptos se comparados aos países com maior desigualdade de renda, pois um aumento neste índice piora a situação da corrupção. Ressalta-se que, os coeficientes citados foram estatisticamente significativos.

Os países com baixa proporção de liberdade econômica são mais sensíveis às mudanças no grau de abertura comercial do que os países de alta proporção. Nestes países, elevar o grau de abertura comercial e do PIBpc implica em uma redução da corrupção. Pois a uma maior abertura comercial promove um aumento da competição nos mercados nacionais, e um maior desenvolvimento econômico (PIBpc) significa uma melhora no ambiente de negócios. Estes fatores atuam reduzindo a percepção de corrupção, ao passo que ela é dificultada pela descentralização da produção econômica e reduzida pela melhora no ambiente de negócios.

Do ponto de vista dos determinantes não econômicos, aumentos no índice de Educação e de Democracia, diminuem a percepção de corrupção. Em contraste, os países com baixa proporção de democracia e que tem alta desigualdade, são populosos e com elevado IDH se mostraram mais corruptos. Uma possível explicação seria que uma maior população e uma melhor qualidade de vida desta, melhoraria a capacidade dos cidadãos de fiscalizar o governo. A alta desigualdade, além disto, indicaria mercados incipientes com poucas empresas, no qual os empresários e políticos aproveitariam destas características e buscariam rendas adicionais (*rent seeking*).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente, a América Latina repercutiu internacionalmente no que se refere à corrupção: primeiro, no Brasil, em 2014, iniciou-se uma das operações mais extensas contra a corrupção no país, a Lava Jato. Em 2016, na Bolívia houve o grande impasse em relação a uma possível fraude nas eleições que permitiu o quarto mandato do candidato Evo Morales. Em 2018, na Argentina, a justiça condenou por corrupção o ex-vice da Presidenta Cristina Kirchner. No Peru, em 2019, houveram denúncias envolvendo a Odebrecht por ter pago propinas milionárias entre 2005 e 2014. Emergiu, neste contexto, a necessidade de compreender o que determina a corrupção nos países latino-americanos. Todavia, os estudos sobre os efeitos dos aspectos econômicos e sociais sobre a corrupção na América Latina ainda são incipientes. Para a análise escolheu-se utilizar as estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel (efeitos fixos e efeitos aleatórios).

Os resultados indicaram que, o Produto Interno Produto (PIB) e o Índice de Liberdade Econômica (ILE) são determinantes econômicos positivos e estatisticamente significativos. Ao passo que os países da América Latina se tornam mais ricos e mais livres economicamente, diminui-se a percepção de corrupção devido ao aumento na pontuação do Índice de Percepção de Corrupção (IPC) destes. Os resultados corroboram Ata e Arvas (2011), Ghaniy e Hastiadi (2017), Alsarhan (2019) e Paldam (2002).

A análise dos determinantes não econômicos da corrupção indicou que uma elevação no Índice de Desenvolvimento Humano e um aumento no grau de Democracia, reduzem a corrupção percebida nos países da América Latina. A melhora dos ambientes socioeconômico e institucional age como força propulsora para a redução da corrupção. Os resultados para estas variáveis estão em consonância com Ghaniy e Hastiadi (2017) e Alsarhan (2019). Por outro lado, a análise mostrou que um aumento demográfico leva os países a serem percebidos como mais corruptos. Esta relação inversa entre a população total e o IPC, pode ser explicada pelo fato de que quanto maior a população de um país, mais elevada se torna a probabilidade de os cidadãos perceberem os desvios de conduta. Este resultado é confirmado por Alsarhan (2019).

A análise de efeito heterôgeno revelou que os países ricos com alta proporção de liberdade econômica são mais íntegros e respondem mais a aumentos da taxa de inflação. Em contraste, os países com baixa proporção são mais sensíveis às mudanças no grau de abertura comercial e no índice de Educação. Por sua vez, uma população mais instruída com relação às questões institucionais e de governo diminui a percepção de corrupção. O aumento da participação feminina na força de trabalho também melhora o problema da corrupção. Ademais, os países mais igualitários são menos corruptos se comparados aos países com maior desigualdade de renda, pois um aumento neste índice piora a situação da corrupção. Aumentos no índice de Educação e de Democracia, diminuem a percepção de corrupção. Em contraste, os países com baixa proporção de democracia, desiguais, populosos e com elevado IDH se mostraram mais corruptos.

A principal limitação deste estudo é que o Índice de Percepção de Corrupção (IPC) não representa a corrupção em sua totalidade, este índice captura a percepção dos diferentes grupos da sociedade sobre a qualidade dos governos e suas ações. Entretanto, reproduzir os efeitos da corrupção em sua totalidade ainda é um desafio. Pois a corrupção acontece por definição às margens da legalidade; logo, sua identificação e enfrentamento perpassa por alguns obstáculos. Complementarmente, a escassez de uma fonte única de dados e a complexidade envolvida enquanto se trata de corrupção, configurou-se como um problema para este estudo, a ausência de dados.

Acredita-se que a análise desenvolvida neste trabalho tenha relevância para a discussão de políticas públicas relacionadas ao combate à corrupção. De acordo com os resultados, o desenvolvimento tanto econômico quanto humano e a melhora na liberdade de exercer atividades econômicas e na participação popular nas decisões do governo diminuem a percepção da corrupção nos países da América Latina. As políticas públicas que visarem reduzir a corrupção devem, portanto, atuar em duas frentes: uma regulatória e uma social. A frente regulatória buscará reduzir os entraves às atividades econômicas e ao livre mercado, enquanto a social deverá aumentar a participação popular nas decisões do governo e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE. B. E.; RAMOS. F. S. Análise Teórica e Empírica dos Determinantes de Corrupção na Gestão Pública Municipal. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 34., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <https://ideas.repec.org/s/anp/en2006.html> . Acesso em: 15 set. 2021.
- ALSARHAN. A. A. Determinants of Corruption in Middle East Countries: Evidence from Panel Data. **International Journal of Economic Behavior and Organization**, Nova Iorque/EUA, n. 7, v. 4, p. 57-63, 2019. Disponível em: <http://www.sciencepublishinggroup.com/j/ijebo> . Acesso em: 08 fev. 2022.
- ATA. A. Y.; ARVAS. M. A. Determinants of Economic Corruption: a Cross-Country Data Analysis. **International Journal of Business and Social Science**, Ancara/Turquia, v. 2, n. 13, 2011. Disponível em : <https://www.ijbssnet.com/> . Acesso em: 09 fev. 2022.
- BALTAZAR. S. G. F.; RAMOS. F. S. Prefeitos em segundo mandato são mais propensos a comportamentos ilícitos? Uma análise para os municípios brasileiros - 2009-2012. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 49., 2020, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPEC, 2020. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_I/i12-e2f1cc91380f3faf0df6287c8361a89f.pdf . Acesso em: 15 set. 2021.
- BOSCO. B. Old and new factors affecting corruption in Europe: Evidence from panel data. **Economic Analysis and Policy**, Queensland, Australia, v. 51, p. 66-85, 2016. Disponível em : <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0313592615300473?via%3Dihub> . Acesso em: 10 fev. 2022.
- BUENO. N. P. A Nova Economia Institucional e a Historiografia Clássica do Período Colonial Brasileiro. *In: Congresso Brasileiro de História Econômica*, 5., 2003, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu:

ABPHE, 2003. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/abp/he2003/011.html> . Acesso em: 15 set. 2021.

CAMPOS. F. A. O.; CASTELAR. I.; SOARES. R. B. Fatores associados à corrupção municipal em transferências de recursos da União. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3050> . Acesso em: 15 set. 2021.

CAMPOS. H. A. Falhas de mercado e falhas de governo: uma revisão da literatura sobre regulação econômica. **Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial.**, Brasília/DF, v. 5, n. 2, p. 281-304, 2008. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/view/702> . Acesso em: 30 mar. 2022.

CARDOSO. R. P.; PERES. R. P.; FRANÇA. M. T. A. Onde está a corrupção no Brasil? Uma análise sob a ótica do Índice Regional de Corrupção – IRC. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL*, 23., 2020, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPEC, 2020. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2020/submissao/files_I/i3-dce906b21ba25b9cd3ce7b62aadb47d0.pdf . Acesso em: 15 set. 2021.

ELBAHNASAWY. N.; REVIER. C. The Determinants of Corruption: Cross-Country-Panel-Data Analysis. **The Development Economics**, Chiba, Japão, v. 50, n. 4 p. 311-333, 2012. Disponível em : <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1746-1049.2012.00177.x> Acesso em: 17 mar. 2022.

GHANIY. N.; HASTIADI. F. F. Political, Social and Economic Determinants of Corruption. **International Journal of Economics and Financial Issues**, Mersin, Turquia, v. 4, n. 7, p. 144-149, 2017. Disponível em: <https://econjournals.com/index.php/ijefi> . Acesso em: 08 fev. 2022.

LIMA. E. C. P. **Curso de finanças públicas: uma abordagem contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA. J. J. R. Public Choice. **Pesquisa em Debate**, São Paulo/SP , v.1, n. 2, p. 81-91, 2005. Disponível em: <http://www.pesquisaemdebate.net/> . Acesso em: 30 mar. 2022.

PALDAM. M. The cross-country pattern of corruption: economics, culture and the seesaw dynamics. **European Journal of Political Economy**, Århus/Dinamarca, v. 18, n. 2, p. 215-240, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0176268002000782> . Acesso em: 01 abr. 2022.

PEREIRA. P. T. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal?. **Análise Social**, Lisboa, Portugal, v. 141, n. 2, p. 419-442, 1997. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/> . Acesso em: 30 mar. 2022.

SILVA. P. H. C.; FERREIRA. M. O. Associações entre percepção de corrupção e crescimento econômico nos países da América do Sul: uma análise com variáveis instrumentais. **Espacio Abierto**, Maracaibo, Venezuela, v. 27, n. 4, p. 197-217, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12262987010/html/> . Acesso em: 15 set. 2021.

SOBRAL. E. F. M.; FERREIRA. M. O.; BESARRIA. C. N. Corrupção e os seus Efeitos sobre a Dinâmica do Crescimento Econômico Regional: Uma Análise do Caso Brasileiro. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 49., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPEC, 2016. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/anp/en2015/095.html> . Acesso em: 15 set. 2021.

SODRÉ. F. R. A.; RAMOS. F. S. Corrupção e Pobreza: Evidências a Partir do Programa de Fiscalização Por Sorteios Públicos da CGU. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 46., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEC, 2018. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_I/i12-6f020d3db4b7abd937ffbd2b98f8e58.pdf . Acesso em: 15 set. 2021.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de Percepção da Corrupção (IPC), 2021**. São Paulo/SP: TI, 2022. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/> . Acesso em: 01 abr. 2022.